

**ÉTICA, POLÍTICA E CULTURA  
DIREITOS HUMANOS  
2ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL**

***ETHICS, POLITICS AND CULTURE  
HUMAN RIGHTS  
2<sup>ND</sup> INTERNATIONAL CONFERENCE***

**LIVRO DE RESUMOS / ABSTRACTS BOOK**

**19-20 NOVEMBRO 2018  
19-20 NOVEMBER 2018**

**SALA DE REUNIÕES 1 E 2  
MEETING ROOM 1 AND 2**

**FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO  
FACULTY OF ARTS AND HUMANITIES - UNIVERSITY OF PORTO**

**IF** : Instituto  
: de  
: **Filosofia**  
UNIVERSIDADE  
DO PORTO

**U. PORTO**  
**FLUP** FACULDADE DE LETRAS  
UNIVERSIDADE DO PORTO

**FCSH**  
FACULDADE DE CIÊNCIAS  
SOCIAIS E HUMANAS  
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

**CHAM**  
CENTRO DE  
HUMANIDADES

**FCT** Fundação  
para a Ciência  
e a Tecnologia

**Santander**  
UNIVERSIDADES  
**U. PORTO**

SESSÃO PARALELA 10 / PARALLEL SESSION 10

Graça Silva (IF/UP)

**Direitos humanos, espaço público e emancipação**

Nesta comunicação propomo-nos pensar as possibilidades de configuração do espaço público como espaço de *partilha do comum*, onde a *política* emerge, por um lado, como recusa de um modelo que determina as esferas de organização e intervenção específicas e consensuais que capturam o bem comum, e, por outro, como *poder* de criação de formas de pensamento e de ação divergentes que rompem com as configurações cristalizadas do consenso que rege as instituições e dessa forma renovam o espaço público e preservam o bem comum. Entre as esferas das instituições e as esferas em que decorrem as vidas dos indivíduos há espaços-tempos informais ou espontâneos de criação de situações que não foram previstas pelas instituições; outras vezes é a própria rigidez do consenso aparentemente harmonioso que preside à organização e funcionamento das instituições que estimula a imaginação dos indivíduos que criam novas possibilidades de configuração do comum para além daquelas que existem. Pensamos, com J. Rancière, que uma comunidade é democrática quando se organiza enquanto «*comunidade de partilha*» (*communauté du partage*), na qual o fazer parte de um mundo comum se expressa sob a forma de um *dissenso*, de uma *heterotopia* — eis o significado de *emancipação*.

**Human rights, public space and emancipation**

In this paper we propose considering the possibilities of public space configuration as space for *sharing the common*, where *politics* emerge, on the one hand, as a rejection of a model which determines specific and consensual areas of organization and intervention which capture the common good, and, on the other hand, as a *power* of creating diverse ways of thought and action which break with crystallized forms of the consensus which rules institutions and in such a way renew public space and preserve *common good*. Among the spheres of institutions and spheres in which the lives of individuals take place, there are informal or spontaneous space-times for the creation of situations which were not foreseen by the institutions; other times it is the very inflexibility of apparently harmonious consensus which directs the organization and running of the institutions which stimulate the imagination of those individuals who create new possibilities of configuration of the *common* beyond those which exist. We believe, along with J. Rancière, that a community is democratic when it is organized as «*community to be shared*» (*communauté du partage*), in which being part of a common world is expressed as a form of a *dissensus*, of a *heterotopy* — that is what *emancipation* means.

Patrícia Fernandes (UBI)

**Direitos Humanos e Pós-Liberalismo**

A minha comunicação propõe-se refletir sobre se continuará a fazer sentido falar em DH num cenário de pós-liberalismo. Para tal, considerarei o primeiro elemento daquela dicotomia como uma figura narrativa apropriada pelos modernos para forjar o enquadramento liberal; por Liberalismo, entenderemos o enquadramento filosófico e político que se inicia com a modernidade e que se torna o paradigma hegemónico com o Iluminismo e subsequentes revoluções liberais. Para dar forma a esta reflexão, partirei da contextualização histórica que permite relacionar o papel desempenhado pela narrativa dos DH na teoria liberal,

destacando de que modo ela se tornou, nos séculos seguintes, a moldura a partir da qual refletimos política e eticamente. Destacando esta dimensão narrativa, evidenciaremos o seu aspeto contingente, que nos conduz à pergunta que orienta o meu trabalho: a de saber se, avançando para um paradigma pós-liberal, continuará a fazer sentido a narrativa dos DH. E porquê colocar a questão do pós-liberalismo? Os acontecimentos mais recentes têm demonstrando a erosão dos pilares teóricos desse paradigma: o questionamento da Verdade e os tempos de pós-verdade, o desafio à ideia de democracia liberal em tempos de vitórias políticas iliberais, a força das narrativas identitárias em detrimento de uma conceção universalista do ser humano e da sociedade. São estes acontecimentos que mais desafiam a ideia de DH e que despertam a necessidade de reflexão quanto ao seu futuro.

**Human Rights and Post-Liberalism**

My communication will regard the following question: does it make sense to keep considering the idea of HR in a post-liberal scenario? I will take the first element of our discussion - HR - as a narrative used by modern philosophers to give shape to liberal thought; by Liberalism, we will consider the philosophical and political framework that appeared in Modernity and became the hegemonic paradigm following the Enlightenment and the subsequent liberal revolutions. I will begin by contextualizing, historically and philosophically, the relation between the idea of HR and its role in liberal theory, and how it turned out to be, in the subsequent centuries, the frame of our political and ethical thought. As we realize HR as a narrative it will become clear its contingent dimension, which leads to the question of my work: as we move towards a post-liberal paradigm should we continue to speak of HR? And why, we may ask, speak of post-liberalism? Recent events have been revealing, in my opinion, the erosion of the grounds of Liberalism: the present scenario of post-truth and fake news, illiberal political victories that challenge liberal democracy, identity discourses that call into question the universalistic idea of human beings, culture and societies. These events challenge the idea of HR and urge the need and importance of discussion about its future.

Diogo Guedes Vidal (FP-ENAS, UFP), Rui Leandro Maia (FP-ENAS, UFP/CITCEM), Helena Vilaça (I.Sociologia/UP), Nelson Barros (FP-ENAS, UFP), Gisela Marta Oliveira (FP-ENAS, UFP)

**Espaços verdes e Direitos Humanos: para uma justiça ambiental em espaço urbano**

As cidades devem ser espaços agradáveis e saudáveis que contribuem para a regeneração do ecossistema e para a manutenção da proximidade entre o Homem e a Natureza. A urbanização galopante acarreta desafios socioambientais cujas respostas residem no fomento de espaços verdes enquanto garantes de sustentabilidade e de ligação dos utilizadores à biosfera.

As cidades são espaços desiguais na distribuição de recursos e infraestruturas disponíveis (Bourdieu 1993; Maia 2003; Tilly, 2005; Therborn, 2006; Massey, 2007; Costa, 2012). O objetivo 11 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável refere que as sociedades devem assegurar acesso universal a espaços públicos que sejam seguros, inclusivos e com acessibilidade plena. A forma como ocorre a produção e a reprodução do espaço assume-se como um processo de competição pelo espaço físico e simbólico que resulta na criação de aglomerados socioeconómicos dentro das próprias cidades, emergindo cidades dentro da cidade. A distribuição equitativa dos espaços verdes urbanos deve ser assegurada em quantidade e em qualidade dos serviços ecológicos, sociais ou de promoção de saúde. O

conceito de Justiça Ambiental pressupõe que todos os indivíduos, independentemente dos determinantes sociais, culturais ou econômicos, devam ter o direito a um tratamento justo e a um envolvimento no desenvolvimento, na implementação e no cumprimento das normativas e das políticas ambientais (Lawson, 2008).

Esta comunicação pretende refletir sobre a distribuição e a qualidade dos espaços verdes na cidade do Porto e de que forma a sua presença poderá contribuir para a justiça ambiental. A cidade do Porto não oferece uma distribuição equitativa de espaços verdes que tenha em consideração o seu mosaico populacional. Em espaços de maior privação socioeconómica e mais vulneráveis a problemas ambientais, verifica-se que a quantidade e a qualidade das zonas verdes é muito inferior quando comparadas com as de outros espaços da cidade social e economicamente mais favorecidos.

#### *Green spaces and Human Rights: to an environmental justice in urban space*

Cities must be pleasant and healthy spaces able to contribute to ecosystems regeneration and to bring closer Humans and Nature. Increase urbanization carries socioenvironmental challenges that may be tackled by promoting green spaces as safeguarders of sustainability and of the connection between users and the biosphere.

Cities are unequal spaces regarding the distribution of available resources and infrastructures (Bourdieu 1993, Maia 2003, Tilly, 2005, Therborn, 2006, Massey, 2007, Costa, 2012). The 11<sup>th</sup> goal of the 2030 Agenda for Sustainable Development states that societies must ensure universal access to safe, inclusive and fully accessible public spaces. The production and reproduction of space is a competition process for the physical and symbolic space which results in the creation of socio-economic clusters within the cities, with cities emerging within the city. The fair distribution of urban green spaces must be ensured in both quantity and quality in terms of ecological, social or health promotion services. The concept of Environmental Justice assumes that all individuals, regardless of their social, cultural or economic condition, should have the right to a fair treatment and to get involved in the development, implementation and enforcement of environmental regulations and policies (Lawson, 2008).

This communication aims to reflect on the distribution and quality of green spaces in the city of Porto and on how their presence may contribute to environmental justice. The city of Porto does not offer an equitable distribution of green spaces that takes into account its population mosaic. In areas of greater socio-economic deprivation and vulnerable to environmental problems, it is observable that the quantity and quality of green areas is much lower when compared to other socially and economically favoured areas of the city.

Fabrcio Luiz Fernandes Marcos (CES/ UC)

#### *Despolitização Neoliberal e os Direitos Humanos: Uma relação de conflito*

Conforme referiu Jacques Rancière (1995), a despolitização é a tarefa mais antiga da política. Isso significa que, para assegurar a estabilidade do *status quo*, o sistema hegemônico articula-se no sentido de esvaziar os conflitos político-ideológicos, apresentando suas práticas e discursos como supostamente não-políticas. Foi dessa forma que a neutralidade tecnocrática, alinhada à noção de consenso entre diferentes visões ideológicas, tornou-se um importante alicerce do projeto neoliberal. À medida que os conflitos ideológicos são esvaziados, cria-se um cenário propício para que as práticas e discursos neoliberais se expandam, sempre através de uma aparência neutra. O problema,

contudo, é quando essas políticas colocam-se em contradição com a defesa dos direitos humanos, o que não é incomum no histórico do neoliberalismo. Segundo o último relatório anual da Amnistia Internacional, "austeridade é uma questão de direitos humanos" por inibir o acesso de indivíduos a direitos básicos (AI, 2018: 14). Ainda assim, o FMI continuou incentivando a adoção dessas medidas até mesmo em países da África subsaariana, contribuindo para desmantelar ainda mais os serviços públicos na região (AI, 2018: 14-15). Como sabemos, as políticas de ajuste fiscal são concebidas como uma questão puramente macroeconômica, despolitizada e inevitável em tempos de crise, concorrendo, assim, para blindar eventuais críticas sistêmicas. Neste ponto, deparamo-nos com um desafio central: como deslegitimar a aplicação indiscriminada da austeridade, evidenciando sua incompatibilidade com a defesa dos direitos humanos? Considerando essa problemática, o objetivo desta comunicação consiste não apenas em apontar a relação conflituosa entre despolitização neoliberal e os direitos humanos, mas também sustentar a importância de repolitizar as práticas neoliberais como um projeto fundamentalmente ideológico.

#### *Neoliberal Depoliticisation and Human Rights: a conflictual relation*

According to Jacques Rancière (1995), depoliticisation is the oldest task of politics. This means that, in order to ensure the stability of the status quo, the hegemonic system aims to empty political-ideological conflicts, presenting its practices and discourses as supposedly non-political. It was in this sense that technocratic neutrality, together with the notion of consensus among different ideological visions, became an important foundation of the neoliberal project. As ideological conflicts are put aside, it becomes easier for neo-liberal practices and discourses to expand, always through a neutral appearance. The problem, however, is when these policies put human rights at risk, which is not uncommon in neoliberalism history. According to Amnesty International's latest report, "austerity is a human rights issue" because it inhibits the access of individuals to basic rights (AI, 2018: 14). Even so, IMF continued to encourage the adoption of such measures even in poor African countries, further dismantling public services in the region (AI, 2018: 14-15). As we know, fiscal adjustment policies are mostly regarded as a purely macroeconomic issue, depoliticised and inevitable in times of crisis, thus tending to shield any systemic criticism. At this point, we face a central challenge: how to delegitimise the application of austerity, showing its incompatibility with human rights? Given these points, the purpose of this communication is not only to point out the incompatible relation between neoliberal depoliticisation and human rights, but also to underline the importance of repoliticising neoliberal practices as a fundamentally ideological project.